



Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte
 Secretaria Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte
 Diretoria Nacional de Registro Empresarial e Integração
 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDEC

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

Código da Natureza Jurídica
2054

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Nome: **CECHIM AGRONEGOCIOS S/A**
 (da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

 MTP2500225441

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		020	1	ALTERACAO DE NOME EMPRESARIAL
		046	1	TRANSFORMACAO
		2003	1	ALTERACAO DE SOCIO/ADMINISTRADOR

NOVA UBIRATA
 Local

10 Outubro 2025
 Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
 Nome: _____
 Assinatura: _____
 Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

DECISÃO SINGULAR DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> SIM
_____	_____
_____	_____
_____	_____
<input type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> NÃO
____/____/____	____/____/____
Data	Data
_____	_____
Responsável	Responsável

Processo em Ordem À decisão

 ____/____/____
 Data

 Responsável

DECISÃO SINGULAR

<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
<input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.				
			____/____/____	_____
			Data	Responsável

DECISÃO COLEGIADA

<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
<input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.				
	____/____/____	_____	_____	_____
	Data	Vogal	Vogal	Vogal
		Presidente da _____ Turma		

OBSERVAÇÕES





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo

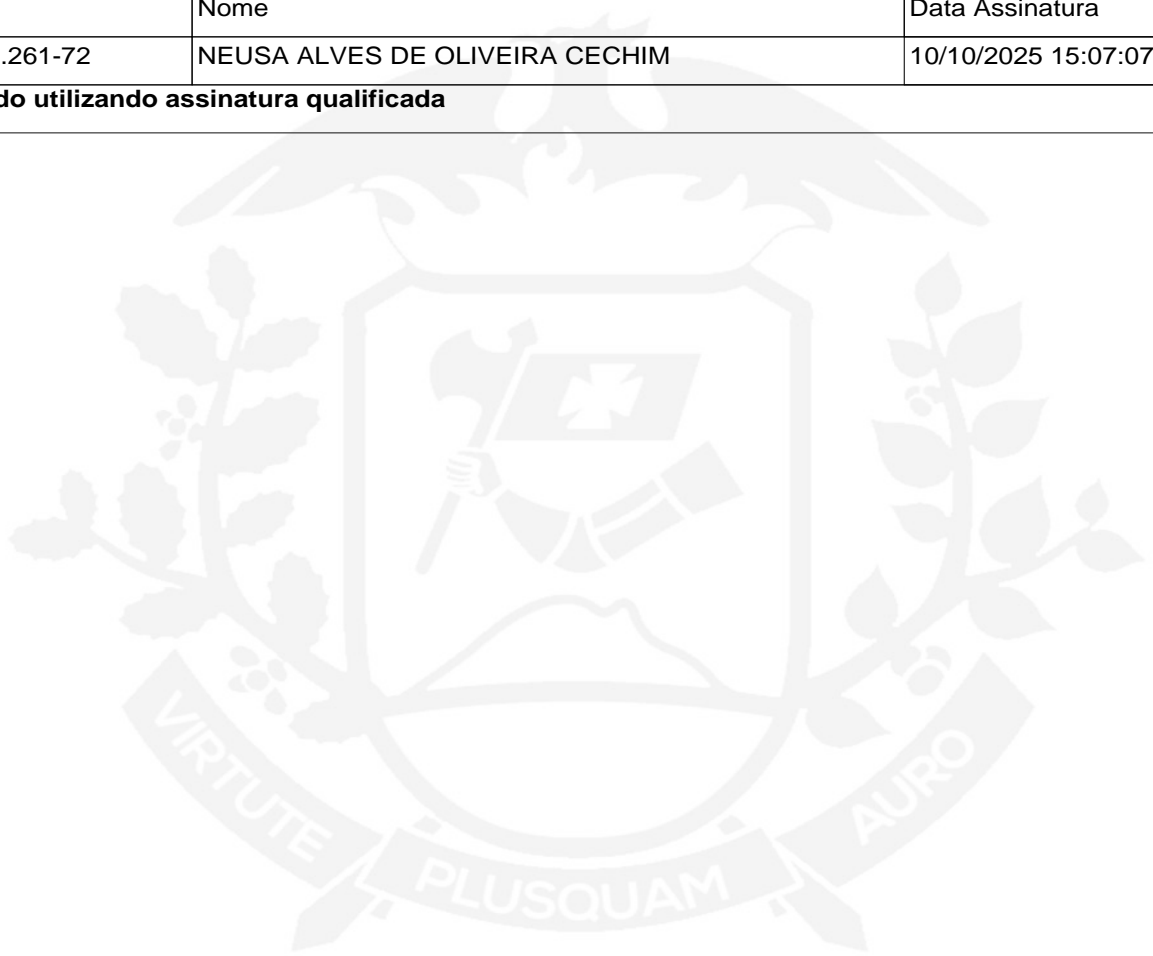
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/173.329-7	MTP2500225441	30/09/2025

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome	Data Assinatura
368.036.261-72	NEUSA ALVES DE OLIVEIRA CECHIM	10/10/2025 15:07:07

Assinado utilizando assinatura qualificada

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 51300024179 em 16/10/2025 da Empresa CECHIM AGRONEGOCIOS S/A, CNPJ 52754677000119 e protocolo 251733297 - 08/10/2025. Autenticação: EF14249EDFF977FA6DC553728C4AE95FB9E2. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 25/173.329-7 e o código de segurança 1Bck Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/10/2025 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.

ATO DE ALTERAÇÃO POR TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE LIMITADA EM
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL FECHADO

CECHIM AGRONEGÓCIOS LTDA
CNPJ: 52.754.677/0001-19

Realizada em 05 de setembro de 2025

NEUSA ALVES DE OLIVEIRA CECHIM, brasileira, produtora rural, casada sob regime de Separação total de bens, natural de Peabiru, Estado do Paraná, nascida em 09 de fevereiro de 1965, filha de Joaquim Alves de Oliveira e Terezinha de Paula Oliveira, portadora da Carteira de Identidade RG n.º 000401227-SSP/MS, e inscrita no CPF/MF sob n.º 368.036.261-72, residente e domiciliada na Avenida Mato Grosso, n.º 5174, Apto 501, Bairro Caranda Bosque I, na cidade de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, CEP 79.031-001.

VALMOR ALEXANDRE CECHIM, brasileiro, produtor rural, casado sob regime de Separação total de bens, natural de Caibate, Estado do Rio Grande do Sul, nascido em 02 de fevereiro de 1951, filho de Antonio Cechim e Victoria Ana Bonotto Cechim, portador da Carteira de Identidade RG n.º 9013784385-SSP/RS, e inscrito no CPF/MF sob n.º 200.263.580-34, residente e domiciliado na Avenida Mato Grosso, n.º 5174, Apto 501, Bairro Caranda Bosque I, na cidade de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, CEP 79.031-001.

Sócios da empresa **CECHIM AGRONEGÓCIOS LTDA**, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado do Mato Grosso, com sede e foro na Rodovia MT 242, Sorriso sentido Nova Ubiratã, mais 130 Km, Setor Gleba do Stein, Anexo Faz. Monte Verde, s/n.º, Zona rural, da cidade e Município de Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso, CEP 78.888-000, devidamente registrada na JUCEMAT sob n.º 51202418369 em 01/11/2023, inscrita no CNPJ 52.754.677/0001-19, resolvem por este contrato social primitivo e posteriores alterações, o fazem, por este instrumento e na melhor forma de direito, conforme as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA. Fica neste ato transformada esta sociedade em SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL FECHADO, antes se denominava **CECHIM AGRONEGÓCIOS LTDA** passa a ter a denominação de **CECHIM AGRONEGÓCIOS S/A** com sub-rogação de todos os direitos e obrigações pertinentes.

CLÁUSULA SEGUNDA. Não há necessidade de formal convocação prevista no art. 1.072, § 2º, e do art. 1.079 do Código Civil; art. 124, § 4º, da Lei n.º 6.404/76, tendo em vista que os presentes representam a totalidade do capital subscrito. Os acionistas presentes da companhia, **NEUSA ALVES DE OLIVEIRA CECHIM** e **VALMOR ALEXANDRE CECHIM**, todos qualificados acima.

CLÁUSULA TERCEIRA. Para assessoramento e acompanhamento, faz-se presente o Assistente Jurídico, **Dr. FABIO ROGERIO MARÇAL**, advogado devidamente registrado na OAB/MT sob o n.º 12.492-B, inscrito no CPF n.º 158.880.818-17, endereço eletrônico processos@marcalconsultoria.com e telefone celular (63) 99941-0770, com endereço profissional na Orla 14 - Graciosa, Avenida LO 03, Quadra 11, Lote 01,



Condomínio Edifício Águia III, Sala 206, Palmas/TO, CEP 77.026-070.

CLÁUSULA QUARTA. O capital social da Companhia é de R\$1.400.000,00 (Um milhão e quatrocentos mil reais), que é dividido em 700.000 (Setecentas mil) ações nominativas ordinárias e 700.000 (Setecentas mil) ações nominativas preferenciais, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, já integralizadas em moeda corrente nacional e bens imóveis passam assim os antigos sócios à condição de acionistas e para tanto, recebem ações nominativas ordinárias e preferenciais, conforme a lista de subscrição de ações anexa.

CLÁUSULA QUINTA. A Companhia continuará a operar com o mesmo ativo e passivo, observadas as alterações ora aprovadas em seu objeto social, mantendo a mesma escrituração e atendendo às exigências legais de natureza fiscal e contábil, sem qualquer solução de continuidade nos negócios e na vida da Companhia, situação essa que os acionistas, em sua totalidade, reconhecem e aprovam, sem quaisquer restrições.

CLÁUSULA SEXTA. Fica aprovado o Estatuto Social que passa a integrar este instrumento como Anexo I, o qual, juntamente com a Lei nº 6.404/76, art. 88 e Lei nº 10.406/02, art. 1.072, passa a reger a Companhia a partir desta data.

CLÁUSULA SETIMA. Ficam eleitos por unanimidade, para o cargo de Diretora Presidente, **NEUSA ALVES DE OLIVEIRA CECHIM**, e para o cargo de Diretor Vice-Presidente, **VALMOR ALEXANDRE CECHIM**, já qualificados acima, que tomarão posse mediante a oposição de suas assinaturas em termo a ser lavrado em livro próprio. A Diretoria eleita terá mandato de 03 (três) anos, com início em 05 de setembro de 2025 e término em 04 de setembro de 2028. Os empossados declaram, expressamente, que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer qualquer atividade mercantil, conforme os termos de posses anexos.

CLÁUSULA OITAVA. A remuneração global anual dos Diretores será a quantia de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), observando as disposições do artigo 152, Lei nº 6.404/76.

CLÁUSULA NONA. Não será instalado o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, visto a ausência de solicitação dos acionistas.

CLÁUSULA DÉCIMA. Por aclamação, foi indicado a Sra. **NEUSA ALVES DE OLIVEIRA CECHIM**, inscrita no CPF sob o nº 368.036.261-72, para representar a companhia perante a RFB, incumbência prontamente aceita por ela.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. ANEXOS a este instrumento: I – Estatuto Social da CECHIM AGRONEGÓCIOS S/A; II – Lista de Subscrição de Ações; III – Termo de Posse NEUSA CECHIM; IV – Termo de Posse VALMOR CECHIM.



E, por estarem assim justos e contratados, lavram este instrumento.

Nova Ubiratã - MT, 05 de setembro de 2025.

NEUSA ALVES DE OLIVEIRA CECHIM

Assinado Digitalmente

VALMOR ALEXANDRE CECHIM

Assinado Digitalmente

FABIO ROGERIO MARÇAL

OAB/MT 12.492-B



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 51300024179 em 16/10/2025 da Empresa CECHIM AGRONEGOCIOS S/A, CNPJ 52754677000119 e protocolo 251733297 - 08/10/2025. Autenticação: EF14249EDFF977FA6DC553728C4AE95FB9E2. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 25/173.329-7 e o código de segurança 1BCK Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/10/2025 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/173.329-7	MTP2500225441	30/09/2025

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
158.880.818-17	FABIO ROGERIO MARCAL	10/10/2025 13:36:24

Assinado utilizando assinatura qualificada

368.036.261-72	NEUSA ALVES DE OLIVEIRA CECHIM	10/10/2025 15:07:07
----------------	--------------------------------	---------------------

Assinado utilizando assinatura qualificada

200.263.580-34	VALMOR ALEXANDRE CECHIM	10/10/2025 15:04:43
----------------	-------------------------	---------------------

Assinado utilizando assinatura qualificada

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 51300024179 em 16/10/2025 da Empresa CECHIM AGRONEGOCIOS S/A, CNPJ 52754677000119 e protocolo 251733297 - 08/10/2025. Autenticação: EF14249EDFF977FA6DC553728C4AE95FB9E2. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 25/173.329-7 e o código de segurança 1Bck Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/10/2025 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.

ANEXO I
ATO DE ALTERAÇÃO POR TRANSFORMAÇÃO

CECHIM AGRONEGÓCIOS S/A
CNPJ: 52.754.677/0001-19

ESTATUTO SOCIAL

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E PRAZO DE DURAÇÃO

Art. 1º - CECHIM AGRONEGÓCIOS S/A é uma sociedade anônima de capital fechado, regularmente constituída, que se rege por este Estatuto e demais disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Art. 2 - A companhia tem sede e foro na Rodovia MT 242, Sorriso sentido Nova Ubitatã, mais 130 Km, Setor Gleba do Stein, Anexo Faz. Monte Verde, s/nº, Zona rural, da cidade e Município de Nova Ubitatã, Estado de Mato Grosso, CEP 78.888-000, podendo criar, instalar e encerrar filiais, depósitos e escritórios em qualquer parte do território nacional ou no exterior, aonde for de seu interesse, mediante deliberação da Diretoria.

Art. 3º - A sociedade tem por objeto social: Cultivo e produção de grãos em lavouras temporárias. Criação de animais para cria, recria e corte. Atividades de extração de madeira. Administração de gestão de participações societárias. Holdings de instituições não-financeiras.

Art. 4º - O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado.

Parágrafo único - O término do exercício social dar-se-á sempre no dia 31 de dezembro de cada ano.

CAPITAL SOCIAL

Art. 5º - O capital social da Companhia é de R\$1.400.000,00 (Um milhão e quatrocentos mil reais), que é dividido em 700.000 (Setecentas mil) ações nominativas ordinárias e 700.000 (Setecentas mil) ações nominativas preferenciais, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, já integralizadas em moeda corrente nacional e bens imóveis.

AÇÕES ORDINÁRIAS E PREFERENCIAIS

Art. 6º - Cada ação ordinária confere a seu titular um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas.

Art. 7º - As ações preferenciais não terão direito a voto e conferirão a seus titulares (i) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, na proporção de sua participação no capital social, em caso de liquidação da Sociedade e (ii) dividendo 10% (dez por cento) superior ao atribuído às ações ordinárias, não cumulativos.

Art. 8º - As ações da Companhia são nominativas e a sua propriedade presumir-se-á pela inscrição do nome do acionista no livro "Registro de Ações Nominativas" e a



Companhia somente emitirá certificados de ações a requerimento do acionista, devendo ser cobrado deste os respectivos custos.

ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS

Art. 9º - As Assembleias Gerais de Acionistas realizar-se-ão, ordinariamente, no prazo da Lei n. 6.404/76 e, extraordinariamente, sempre que o exigirem os interesses sociais, sendo permitida a realização simultânea de Assembleias Geral ordinária e extraordinária.

Parágrafo único - A Assembleia Geral poderá ser realizada com a presença física de seus acionistas ou pela utilização de videoconferências.

Art. 10 - À Assembleia Geral compete as atribuições que lhe são conferidas pela Lei n. 6.404/76, bem como a deliberação acerca dos seguintes temas:

- (i) Aumento de capital da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias;
- (ii) Criação de nova classe ou espécie de ação na Companhia ou em qualquer de suas subsidiárias, ou qualquer alteração nos direitos e privilégios das ações existentes na Companhia ou em qualquer de suas subsidiárias;
- (iii) Alteração deste Estatuto Social ou do Estatuto ou Contrato Social de qualquer das subsidiárias da Companhia, excetuadas as alterações exigidas por lei ou pela regulamentação da CVM;
- (iv) Fusão, cisão, incorporação ou outra forma de reorganização societária envolvendo a Companhia ou qualquer de suas subsidiárias;
- (v) Oferta pública ou privada de ações ou de qualquer valor mobiliário que conceda a seu titular o direito de adquirir ações de emissão da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias;
- (vi) Alienação da totalidade ou de parcela significativa dos ativos da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias, excetuada a venda de direitos de crédito integrantes da carteira da Companhia;
- (vii) Dissolução ou liquidação voluntária da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias;
- (viii) Pedido de Autofalência, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial e celebração de acordo com credores para renegociação de dívidas realizadas pela Companhia ou por qualquer de suas subsidiárias;
- (ix) Redução de capital da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias;
- (x) Resgate de ações de emissão da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias;
- (xi) Proposta para o Conselho de Administração relativa a qualquer outra forma de recompra de ações de emissão da Companhia, bem como a posterior revenda de ações de emissão da Companhia por ela adquiridas ou adquiridas por qualquer de suas subsidiárias;
- (xii) Distribuição de dividendos pela Companhia ou por qualquer de suas subsidiárias em volume superior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual



da Companhia ou da subsidiária em questão, ajustado nos termos da lei;

(xiii) Prestação de garantia, contratação de dívida ou concessão de empréstimo pela Companhia ou por qualquer de suas subsidiárias;

(xiv) Constituição de penhor ou qualquer outro ônus sobre ações de emissão da Companhia ou sobre ações ou quotas de qualquer das suas subsidiárias;

(xv) Definição ou substituição dos auditores independentes da Companhia;

(xvi) Alteração na estrutura administrativa da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias incluindo, sem limitação, alteração do número de membros do Conselho de Administração e/ou da Diretoria e dos procedimentos e critérios adotados para eleição dos respectivos membros;

(xvii) Alteração na política de remuneração dos administradores da Companhia ou de qualquer das suas subsidiárias;

(xviii) Início, pela Companhia ou por qualquer de suas subsidiárias, de qualquer nova atividade ou linha de negócio;

(xix) Aquisição, desinvestimento ou aumento da participação detida pela Companhia ou por qualquer de suas subsidiárias no capital social de qualquer sociedade (inclusive aquelas de cujo capital a Companhia ou qualquer de suas subsidiárias já participe), bem como a participação em qualquer joint venture, associação ou negócio jurídico similar;

(xx) Aprovação do plano de negócios da Companhia, bem como de qualquer alteração no referido plano;

(xxi) Alteração dos critérios e práticas contábeis adotadas pela Companhia ou por qualquer de suas subsidiárias, excetuadas as alterações exigidas por lei ou pela regulamentação da CVM; e

(xxii) Aprovação de plano de opção de compra de ações ou similar destinado aos administradores da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias.

Parágrafo único - Para os fins deste Art. 10, considera-se subsidiária qualquer sociedade na qual a Companhia detenha, direta ou indiretamente, direitos de sócio que lhe assegurem preponderância nas deliberações sociais.

Art. 11 - As Assembleias Gerais serão convocadas e instaladas na forma da Lei n. 6.404/76. As deliberações, exceto nos casos previstos em lei ou neste Estatuto Social ou em Acordo de Acionistas devidamente arquivado na sede da Companhia, serão tomadas pelo voto de acionistas representando a maioria absoluta dos presentes.

§ 1º - As Assembleias Gerais, ordinárias ou extraordinárias, serão presididas pela Diretora Presidente, ou, na sua ausência, por outro Diretor por ela indicado, ou, na ausência de ambos, por acionista escolhido por maioria de votos dos presentes. O Presidente da Assembleia Geral deverá indicar, dentre os presentes, um secretário.

§ 2º - Somente poderão tomar parte e votar nas Assembleias Gerais os acionistas cujas ações estejam registradas nas respectivas contas de depósito das ações escriturais, abertas em seu nome pela instituição financeira depositária com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data designada para realização da referida Assembleia Geral. Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador, nos termos da Lei n. 6.404/76, mediante procuração com poderes específicos, a qual ficará arquivada na sede da Companhia.



Art. 12 - Nas deliberações da Assembleia Geral serão obrigatoriamente observadas as previsões dos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia. O Presidente da Assembleia Geral não computará os votos proferidos com infração às disposições de tais acordos de acionistas.

ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Art. 13 - A sociedade será administrada por uma Diretoria, eleita para um período de até três anos, podendo ser reeleita conjuntamente.

§ 1º - O mandato dos administradores estende-se até a investidura dos novos eleitos e no caso de vacância em qualquer cargo de Diretor, será convocada Assembleia Geral Extraordinária dentro de 30 (trinta) dias da data da vacância.

§ 2º - Em caso de destituição ou renúncia dos diretores, a própria Assembleia que tomar tal deliberação, elegerá, caso necessário, seu substituto pelo tempo faltante ao término do mandato da diretoria.

§ 3º - Ocorrendo impedimento ocasional ou licença dos diretores, a Diretora Presidente providenciará a distribuição de suas funções entre os demais diretores, até que o mesmo assuma suas funções ou a Assembleia Geral eleja seu substituto.

§ 4º - Os Diretores poderão exercer cumulativamente as outras atribuições executivas da Companhia, sendo que um Diretor poderá acumular o cargo de mais de uma diretoria.

Art. 14 - A Assembleia Geral dos acionistas fixará anualmente o montante global ou individual da remuneração dos membros da Diretoria, dentro do critério do art. 152 e seus parágrafos, da Lei 6.404/76.

Parágrafo único - no caso de substituição no decurso do mandato, a Assembleia Geral poderá fixar os honorários dos novos diretores em valores diferentes dos que vinham sendo pagos ou creditados aos substituídos, se tal for exigido por razões de mercado, e se for o caso, na mesma oportunidade se fará reajuste dos vencimentos das demais diretorias.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 15 - O conselho de administração, por ora não será composto, podendo vir a ser instalado a qualquer tempo e eleitos seus membros pela Assembleia Geral, com atribuições previstas em lei.

DA DIRETORIA

Art. 16 - A Diretoria será composta por no mínimo 02 (dois) e no máximo 05 (cinco) diretores, acionistas ou não, residentes no país, sendo uma Diretora Presidente, um ou mais Diretores Vice-Presidentes e/ou demais Diretores sem designação específica. Será obrigatório o preenchimento dos cargos de Diretores Presidente e Vice-Presidente.



Parágrafo único - A Diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo deliberar sempre conjuntamente, por meio de Assembleia Geral, sobre quaisquer matérias relacionadas com o objeto social.

Art. 17 - A Diretoria é o órgão executivo da Companhia, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular desta, tendo poderes para praticar todos e quaisquer atos relativos aos fins sociais, exceto aqueles que, por lei ou pelo presente Estatuto Social, dependam de prévia aprovação do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral.

Art. 18 - Compete à Diretoria, sem prejuízo das demais competências estabelecidas pelo presente Estatuto Social ou pela Assembleia Geral:

- (i) Representar, judicial e extrajudicialmente, ativa e passivamente, a Companhia;
- (ii) Praticar todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitados os limites previstos em lei ou neste Estatuto Social;
- (iii) Zelar pela observância da Lei e deste Estatuto Social;
- (iv) Coordenar o andamento das atividades normais da Companhia, incluindo a implementação das diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas em Assembleia Geral, nas Reuniões do Conselho de Administração e nas suas próprias reuniões;
- (v) Administrar e superintender os negócios sociais;
- (vi) Contratação de dívida pela Companhia ou por qualquer das suas subsidiárias, em uma única transação ou em uma série de transações realizadas, que as envolvam em obrigações referentes a negócios e operações relativas ao objeto social das mesmas.

Art. 19 - A Diretora Presidente da Companhia terá poderes específicos para:

- (i) Dirigir, coordenar e supervisionar as atividades dos outros Diretores;
- (ii) Coordenar os trabalhos de preparação das demonstrações financeiras e o relatório anual da administração da Companhia bem como sua apresentação aos acionistas;
- (iii) Definição ou substituição dos auditores independentes da Companhia;
- (iv) Supervisionar os trabalhos de auditoria interna e assessoria legal;
- (v) Prospectar os negócios relacionados com o objeto social da Companhia;
- (vi) Administrar o relacionamento da Companhia com os originadores de créditos imobiliários;
- (vii) Coordenar, administrar, dirigir e supervisionar toda a área contábil e financeira da Companhia;
- (viii) Administrar o relacionamento da Companhia com instituições financeiras, exceto no que diz respeito à distribuição pública de títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia.

Art. 20 - Observadas as disposições contidas neste Estatuto Social, a Companhia será representada pelos membros da Diretoria ou do Conselho de Administração conjuntamente, e a eles cabem a responsabilidade ou representação ativa e passiva da sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social sempre no interesse da sociedade, ficando vedado,



entretanto, o uso da denominação social ou firma em negócios estranhos aos fins sociais ou assumir obrigações seja em favor de qualquer acionista ou de terceiros.

§ 1º - No limite de suas atribuições, a Diretora Presidente, conjuntamente, poderá constituir mandatários ou procuradores em nome da Companhia para representá-la nas práticas de sua competência, especificando detalhadamente no instrumento de procuração os atos que poderão praticar e o prazo de duração.

§ 2º - A Diretora Presidente, está autorizada, conjuntamente, a alienar e adquirir bens móveis e imóveis, bem como a constituição de ônus sobre os mesmos, contratar financiamentos e empréstimos com bancos e instituições de crédito, podendo para tanto, dar em garantia hipotecária ou pignoratícia os bens móveis ou imóveis da companhia, assinando os respectivos contratos, cédulas, escrituras e outros documentos.

§ 3º - Na abertura, movimentação ou encerramento de contas de depósitos bancários, emissão de cheques e outros títulos cambiais, a Companhia será representada, conjuntamente, pela Diretora Presidente e Vice-Presidente.

§ 4º - A Diretoria reunir-se-á sempre que os negócios e interesses sociais o exigirem, na sede social, ou em qualquer outra localidade escolhida pela Diretoria, ou mediante videoconferência, conferência por telefone ou pela rede mundial de computadores, ou por qualquer forma informada de convocação, desde que consignando em livro próprio o que for deliberado na ocasião.

§ 5º - As deliberações serão tomadas com a presença da maioria de seus membros, por maioria de votos, cabendo a Diretora Presidente o voto de qualidade em caso de empate.

§ 6º - É vedado a Diretora Presidente e ao Vice-Presidente, em nome da Companhia prestar aval, fiança ou oferecer garantias pessoais em favor de terceiros. Não são proibidos os atos que forem praticados em benefício ou a favor da própria Companhia, suas associadas, coligadas, controladas ou quaisquer sociedades nas quais a Companhia e seus acionistas detenham participação.

CONSELHO FISCAL

Art. 21 - O Conselho Fiscal, por ora não será composto, podendo vir a ser instalado a qualquer tempo e eleitos seus membros pela Assembleia Geral, com atribuições previstas em lei.

§1º - O Conselho Fiscal, caso instalado, será de funcionamento não permanente, composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, sendo permitida a reeleição.

§2º - O funcionamento, a competência, os deveres e as responsabilidades dos Conselheiros obedecerão ao disposto na legislação em vigor.

§3º - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembleia de Acionistas que os eleger, respeitado o limite legal.



EXERCÍCIO SOCIAL E LUCROS

Art. 22 - O exercício social inicia-se em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano.

Art. 23 - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas pela Lei nº 6.404/76, as quais, em conjunto, deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da Companhia e as mutações ocorridas no exercício.

Parágrafo único - A Diretoria poderá levantar balanços mensais, trimestrais e semestrais, observadas as disposições legais.

Art. 24 - Do resultado apurado em cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

§ 1º - Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social.

§ 2º - Do saldo restante, feitas as deduções e destinações referidas nos artigos acima, será distribuído aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado de acordo com o Art. 202 da Lei n. 6.404/76.

§ 3º - O saldo remanescente, depois de atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas.

Art. 25 - A Companhia poderá pagar juros sobre o capital próprio, na forma e limite estabelecidos em lei, imputando-os ao dividendo mínimo obrigatório.

DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Art. 26 - A Companhia será dissolvida ou liquidada nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. Compete à Assembleia Geral estabelecer a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação, fixando seus poderes e estabelecendo suas remunerações, conforme previsto em lei.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27 - Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 03 (três) anos, contando da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

Art. 28 - A Companhia observará os acordos de acionistas eventualmente existentes e registrados na forma do art. 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à respectiva administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias aos respectivos termos e ao Presidente da Assembleia Geral abster-se de computar os votos lançados contra os mesmos acordos.



Art. 29 - Os casos omissos neste Estatuto Social serão regulados pela Lei n. 6.404/76, pelas leis e regulamentos específicos sobre o tipo societário e demais normas da legislação pertinente e pela deliberação da Assembleia Geral, nas matérias que lhe caiba livremente decidir.

FORO

Art. 30 - Fica eleito o foro da Comarca de Nova Ubiratã - MT como único competente para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorram deste Estatuto Social, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Nova Ubiratã - MT, 05 de setembro de 2025.

NEUSA ALVES DE OLIVEIRA CECHIM
Assinado Digitalmente

VALMOR ALEXANDRE CECHIM
Assinado Digitalmente

FABIO ROGERIO MARÇAL
OAB/MT 12.492-B



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 51300024179 em 16/10/2025 da Empresa CECHIM AGRONEGOCIOS S/A, CNPJ 52754677000119 e protocolo 251733297 - 08/10/2025. Autenticação: EF14249EDFF977FA6DC553728C4AE95FB9E2. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 25/173.329-7 e o código de segurança 1BCK Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/10/2025 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/173.329-7	MTP2500225441	30/09/2025

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
158.880.818-17	FABIO ROGERIO MARCAL	10/10/2025 13:36:24

Assinado utilizando assinatura qualificada

368.036.261-72	NEUSA ALVES DE OLIVEIRA CECHIM	10/10/2025 15:07:07
----------------	--------------------------------	---------------------

Assinado utilizando assinatura qualificada

200.263.580-34	VALMOR ALEXANDRE CECHIM	10/10/2025 15:04:44
----------------	-------------------------	---------------------

Assinado utilizando assinatura qualificada

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 51300024179 em 16/10/2025 da Empresa CECHIM AGRONEGOCIOS S/A, CNPJ 52754677000119 e protocolo 251733297 - 08/10/2025. Autenticação: EF14249EDFF977FA6DC553728C4AE95FB9E2. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 25/173.329-7 e o código de segurança 1Bck Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/10/2025 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.

ANEXO II
ATO DE ALTERAÇÃO POR TRANSFORMAÇÃO

CECHIM AGRONEGÓCIOS S/A
CNPJ: 52.754.677/0001-19

LISTA DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Nome dos Acionistas	nº de Ações Ordinárias Subscritas	nº de Ações Preferenciais Subscritas	Valor Total Integralizado em Reais
NEUSA ALVES DE OLIVEIRA CECHIM , brasileira, produtora rural, casada sob regime de Separação total de bens, natural de Peabiru, Estado do Paraná, nascida em 09 de fevereiro de 1965, filha de Joaquim Alves de Oliveira e Terezinha de Paula Oliveira, portadora da Carteira de Identidade RG n.º 000401227-SSP/MS, e inscrita no CPF/MF sob n.º 368.036.261-72, residente e domiciliada na Avenida Mato Grosso, n.º 5174, Apto 501, Bairro Caranda Bosque I, na cidade de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, CEP 79.031-001.	350.000	350.000	700.000
VALMOR ALEXANDRE CECHIM , brasileiro, produtor rural, casado sob regime de Separação total de bens, natural de Caibate, Estado do Rio Grande do Sul, nascido em 02 de fevereiro de 1951, filho de Antonio Cechim e Victoria Ana Bonotto Cechim, portador da Carteira de Identidade RG n.º 9013784385-SSP/RS, e inscrito no CPF/MF sob n.º 200.263.580-34, residente e domiciliado na Avenida Mato Grosso, n.º 5174, Apto 501, Bairro Caranda Bosque I, na cidade de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, CEP 79.031-001.	350.000	350.000	700.000
TOTAL	700.000	700.000	R\$ 1.400.000

Nova Ubitatã - MT, 05 de setembro de 2025.

NEUSA ALVES DE OLIVEIRA CECHIM
Assinado Digitalmente

VALMOR ALEXANDRE CECHIM
Assinado Digitalmente



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 51300024179 em 16/10/2025 da Empresa CECHIM AGRONEGOCIOS S/A, CNPJ 52754677000119 e protocolo 251733297 - 08/10/2025. Autenticação: EF14249EDFF977FA6DC553728C4AE95FB9E2. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 25/173.329-7 e o código de segurança 1Bck Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/10/2025 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/173.329-7	MTP2500225441	30/09/2025

Identificação do(s) Assinante(s)

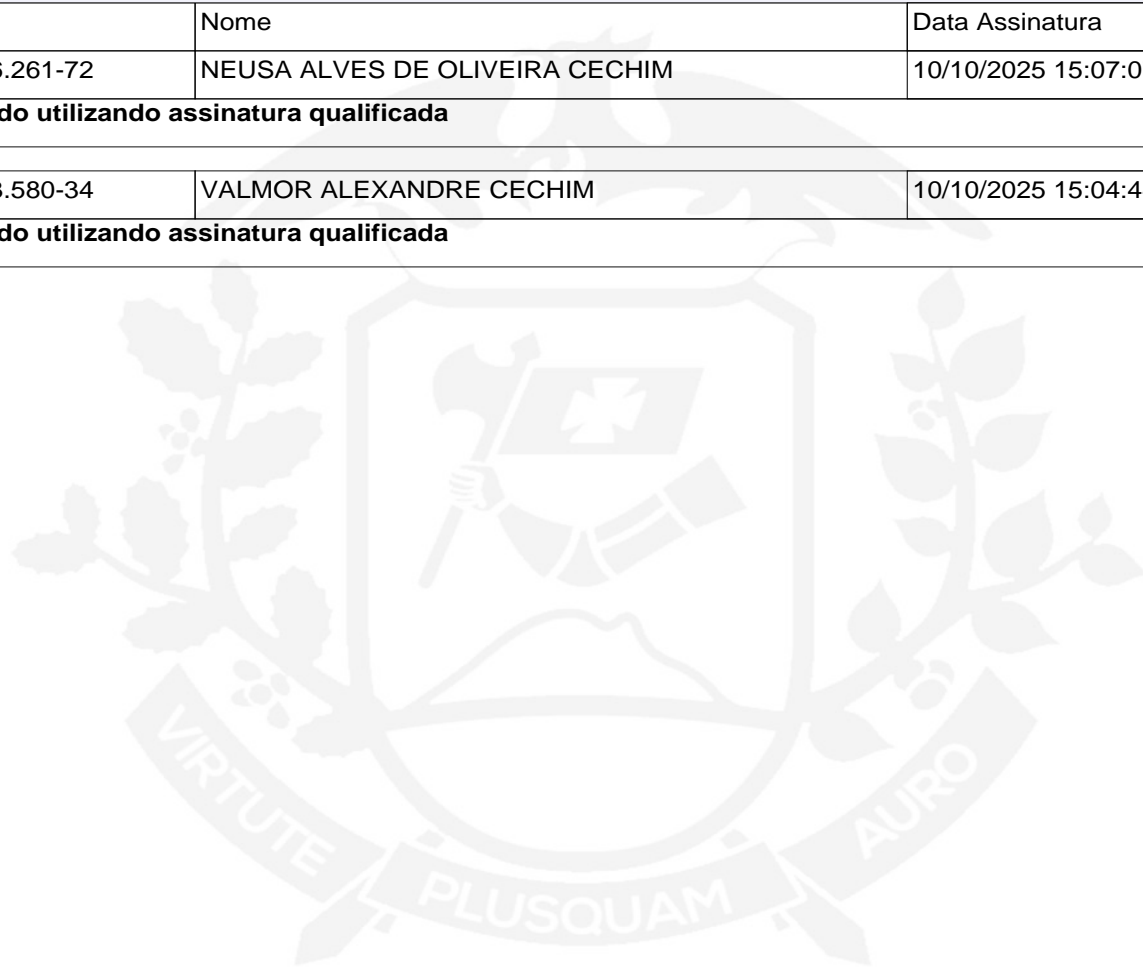
CPF	Nome	Data Assinatura
368.036.261-72	NEUSA ALVES DE OLIVEIRA CECHIM	10/10/2025 15:07:07

Assinado utilizando assinatura qualificada

200.263.580-34	VALMOR ALEXANDRE CECHIM	10/10/2025 15:04:44
----------------	-------------------------	---------------------

Assinado utilizando assinatura qualificada

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 51300024179 em 16/10/2025 da Empresa CECHIM AGRONEGOCIOS S/A, CNPJ 52754677000119 e protocolo 251733297 - 08/10/2025. Autenticação: EF14249EDFF977FA6DC553728C4AE95FB9E2. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 25/173.329-7 e o código de segurança 1Bck Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/10/2025 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.

KENNER LANGNER DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ANEXO III
ATO DE ALTERAÇÃO POR TRANSFORMAÇÃO

CECHIM AGRONEGÓCIOS S/A
CNPJ: 52.754.677/0001-19

TERMO DE POSSE

NEUSA ALVES DE OLIVEIRA CECHIM, brasileira, produtora rural, casada sob regime de Separação total de bens, natural de Peabiru, Estado do Paraná, nascida em 09 de fevereiro de 1965, filha de Joaquim Alves de Oliveira e Terezinha de Paula Oliveira, portadora da Carteira de Identidade RG n.º 000401227-SSP/MS, e inscrita no CPF/MF sob n.º 368.036.261-72, residente e domiciliada na Avenida Mato Grosso, n.º 5174, Apto 501, Bairro Caranda Bosque I, na cidade de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, CEP 79.031-001; **Diretora Presidente** da Companhia denominada **CECHIM AGRONEGÓCIOS S/A**, eleita pelos acionistas neste ato realizado nesta data, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao meu cargo, de acordo com a lei e o Estatuto Social, pelo que firmo este Termo de Posse. Declara, sob as penas da Lei, de que não está impedida de exercer a Administração da sociedade, por Lei especial ou, em virtude de condenação criminal ou, por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou, por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou à propriedade, bem como não foram declaradas inabilitadas por ato da Comissão de Valores Mobiliários.

Nova Ubiratã - MT, 05 de setembro de 2025.

NEUSA ALVES DE OLIVEIRA CECHIM
Diretora Presidente





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo

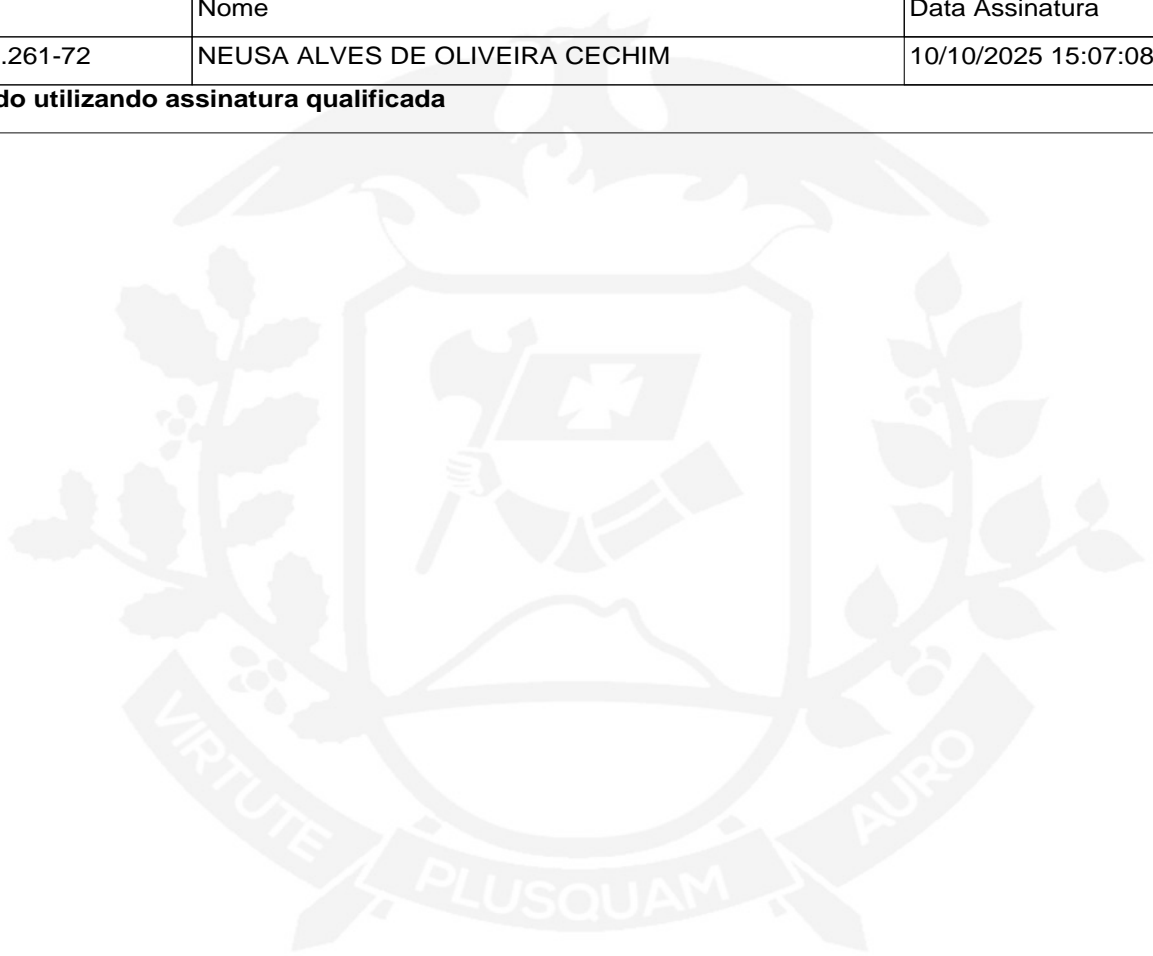
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/173.329-7	MTP2500225441	30/09/2025

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome	Data Assinatura
368.036.261-72	NEUSA ALVES DE OLIVEIRA CECHIM	10/10/2025 15:07:08

Assinado utilizando assinatura qualificada

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 51300024179 em 16/10/2025 da Empresa CECHIM AGRONEGOCIOS S/A, CNPJ 52754677000119 e protocolo 251733297 - 08/10/2025. Autenticação: EF14249EDFF977FA6DC553728C4AE95FB9E2. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 25/173.329-7 e o código de segurança 1Bck Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/10/2025 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.

ANEXO IV
ATO DE ALTERAÇÃO POR TRANSFORMAÇÃO

CECHIM AGRONEGÓCIOS S/A
CNPJ: 52.754.677/0001-19

TERMO DE POSSE

VALMOR ALEXANDRE CECHIM, brasileiro, produtor rural, casado sob regime de Separação total de bens, natural de Caibate, Estado do Rio Grande do Sul, nascido em 02 de fevereiro de 1951, filho de Antonio Cechim e Victoria Ana Bonotto Cechim, portador da Carteira de Identidade RG nº 9013784385-SSP/RS, e inscrito no CPF/MF sob nº 200.263.580-34, residente e domiciliado na Avenida Mato Grosso, nº 5174, Apto 501, Bairro Caranda Bosque I, na cidade de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, CEP 79.031-001; **Diretor Vice - Presidente** da Companhia denominada **CECHIM AGRONEGÓCIOS S/A**, eleito pelos acionistas neste ato realizado nesta data, declara aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao meu cargo, de acordo com a lei e o Estatuto Social, pelo que firmo este Termo de Posse. Declara, sob as penas da Lei, de que não está impedido de exercer a Administração da sociedade, por Lei especial ou, em virtude de condenação criminal ou, por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou, por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou à propriedade, bem como não foram declaradas inabilitadas por ato da Comissão de Valores Mobiliários.

Nova Ubiratã - MT, 05 de setembro de 2025.

VALMOR ALEXANDRE CECHIM
Diretor Vice-Presidente



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 51300024179 em 16/10/2025 da Empresa CECHIM AGRONEGOCIOS S/A, CNPJ 52754677000119 e protocolo 251733297 - 08/10/2025. Autenticação: EF14249EDFF977FA6DC553728C4AE95FB9E2. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 25/173.329-7 e o código de segurança 1BCK Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/10/2025 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.


KENNER LANGNER DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

pág. 20/25



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

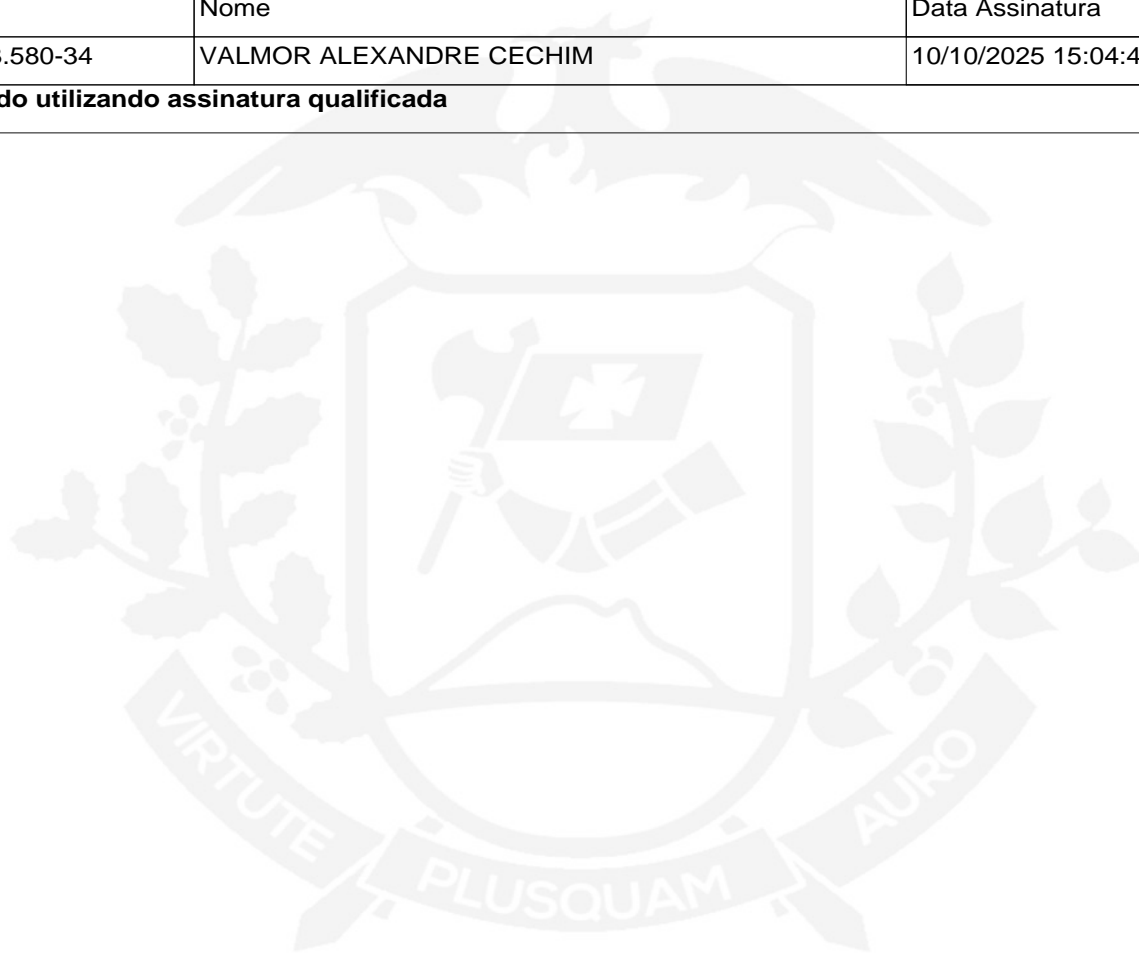
Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/173.329-7	MTP2500225441	30/09/2025

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
200.263.580-34	VALMOR ALEXANDRE CECHIM	10/10/2025 15:04:44

Assinado utilizando assinatura qualificada



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 51300024179 em 16/10/2025 da Empresa CECHIM AGRONEGOCIOS S/A, CNPJ 52754677000119 e protocolo 251733297 - 08/10/2025. Autenticação: EF14249EDFF977FA6DC553728C4AE95FB9E2. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 25/173.329-7 e o código de segurança 1Bck Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/10/2025 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa CECHIM AGRONEGOCIOS S/A, de CNPJ 52.754.677/0001-19 e protocolado sob o número 25/173.329-7 em 08/10/2025, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 51300024179, em 16/10/2025. O ato foi deferido eletronicamente pela QUARTA TURMA DE VOGAIS.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, Kenner Langner da Silva. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemat.mt.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
368.036.261-72	NEUSA ALVES DE OLIVEIRA CECHIM	10/10/2025 14:07:07
Assinado utilizando assinatura qualificada	AC DIGITALSIGN RFB G3	

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
368.036.261-72	NEUSA ALVES DE OLIVEIRA CECHIM	10/10/2025 14:07:07
Assinado utilizando assinatura qualificada	AC DIGITALSIGN RFB G3	
200.263.580-34	VALMOR ALEXANDRE CECHIM	10/10/2025 14:04:43
Assinado utilizando assinatura qualificada	AC DIGITALSIGN RFB G3	
158.880.818-17	FABIO ROGERIO MARCAL	10/10/2025 12:36:24
Assinado utilizando assinatura qualificada	AC SAFEWEB CD	

Anexo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
368.036.261-72	NEUSA ALVES DE OLIVEIRA CECHIM	10/10/2025 14:07:07
Assinado utilizando assinatura qualificada	AC DIGITALSIGN RFB G3	
200.263.580-34	VALMOR ALEXANDRE CECHIM	10/10/2025 14:04:44
Assinado utilizando assinatura qualificada	AC DIGITALSIGN RFB G3	
158.880.818-17	FABIO ROGERIO MARCAL	10/10/2025 12:36:24
Assinado utilizando assinatura qualificada	AC SAFEWEB CD	



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemat](https://portalservicos.jucemat.mt.gov.br) informando o número do protocolo 25/173.329-7.





TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Anexo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
368.036.261-72	NEUSA ALVES DE OLIVEIRA CECHIM	10/10/2025 14:07:07
Assinado utilizando assinatura qualificada	AC DIGITALSIGN RFB G3	
200.263.580-34	VALMOR ALEXANDRE CECHIM	10/10/2025 14:04:44
Assinado utilizando assinatura qualificada	AC DIGITALSIGN RFB G3	

Anexo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
368.036.261-72	NEUSA ALVES DE OLIVEIRA CECHIM	10/10/2025 14:07:08
Assinado utilizando assinatura qualificada	AC DIGITALSIGN RFB G3	

Anexo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
200.263.580-34	VALMOR ALEXANDRE CECHIM	10/10/2025 14:04:44
Assinado utilizando assinatura qualificada	AC DIGITALSIGN RFB G3	

Termo de Autenticação

Assinante(s)	
CPF	Nome
909.039.001-49	Rodrigo Gomes Bressane
040.762.652-20	Robério Tarrago Cademartori
104.114.701-59	Elias Correia Pedrozo

Cuiabá, quinta-feira, 16 de outubro de 2025

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 16/10/2025



Documento assinado eletronicamente por Elias Correia Pedrozo em 16/10/2025, às 09:11.



Documento assinado eletronicamente por Rodrigo Gomes Bressane em 16/10/2025, às 10:06.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemat](http://www.jucemat.mt.gov.br/) informando o número do protocolo 25/173.329-7.





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governador do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Mato Grosso
Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL



Documento assinado eletronicamente por Robério Tarrago Cademartori em 16/10/2025, às 09:23.



Documento assinado eletronicamente por 4ª Turma em 16/10/2025, às 10:06.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemat](http://www.jucemat.mt.gov.br/) informando o número do protocolo 25/173.329-7.



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 51300024179 em 16/10/2025 da Empresa CECHIM AGRONEGOCIOS S/A, CNPJ 52754677000119 e protocolo 251733297 - 08/10/2025. Autenticação: EF14249EDFF977FA6DC553728C4AE95FB9E2. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 25/173.329-7 e o código de segurança 1BCK Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/10/2025 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.

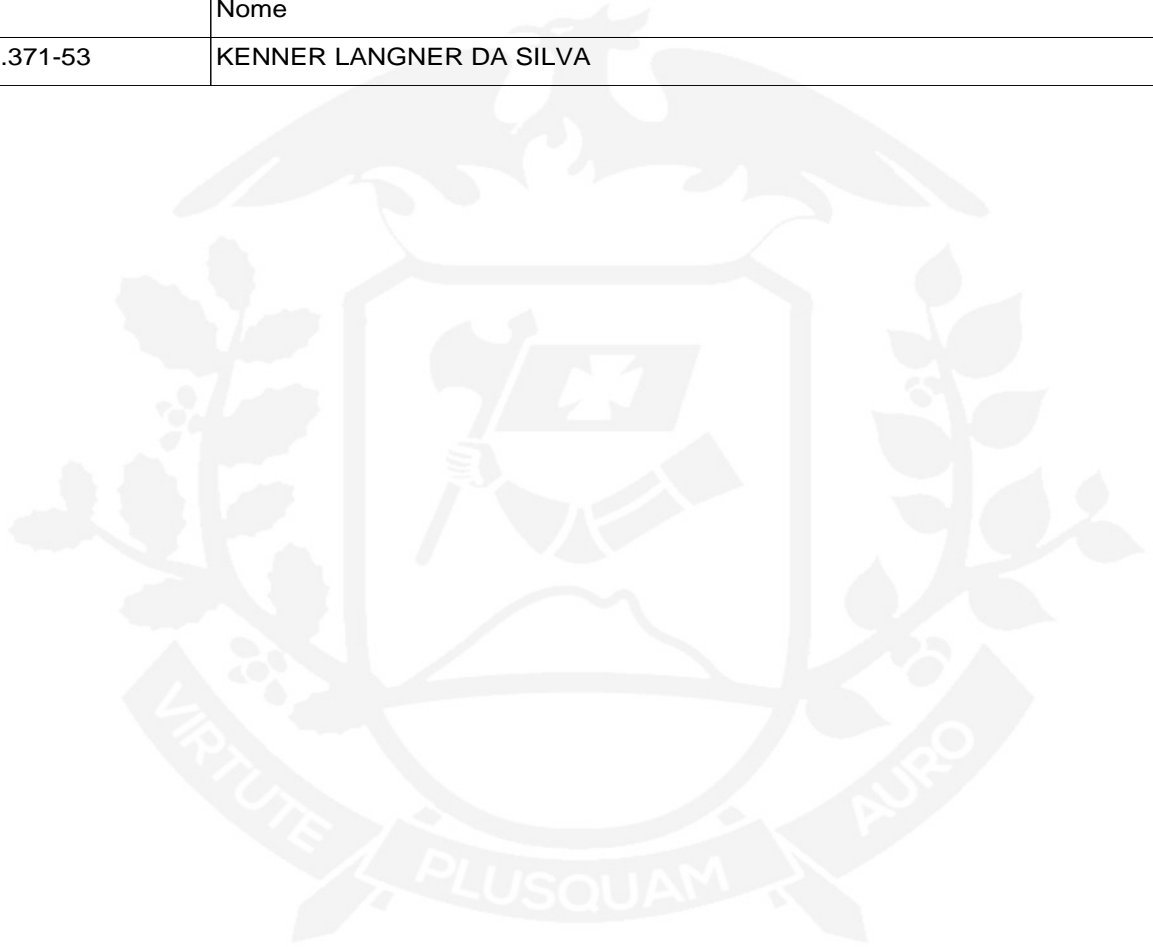


JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

Registro Digital

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
735.399.371-53	KENNER LANGNER DA SILVA



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Cuiabá, quinta-feira, 16 de outubro de 2025



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 51300024179 em 16/10/2025 da Empresa CECHIM AGRONEGOCIOS S/A, CNPJ 52754677000119 e protocolo 251733297 - 08/10/2025. Autenticação: EF14249EDFF977FA6DC553728C4AE95FB9E2. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 25/173.329-7 e o código de segurança 1Bck Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/10/2025 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.